

MULHERES DO CAMPO CONSTRUINDO AUTONOMIA

EXPERIÊNCIAS DE COMERCIALIZIZAÇÃO



MULHERES DO CAMPO CONSTRUINDO AUTONOMIA

EXPERIÊNCIAS DE COMERCIALIZAÇÃO



SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 2016

Mulheres do campo construindo autonomia

Experiências de comercialização

Coordenação editorial

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

Rua Ministro Costa e Silva, 36

05417-080 – São Paulo – SP

Fone/fax: (11) 3819-3876

www.sof.org.br sof@sof.org.br

Parcerias

Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI

www.cpis.org.br

Movimento dos Atingidos por Barragens –
MAB

www.mabnacional.org.br

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra – MST

www.mst.org.br

Apoio

Christian Aid

www.christianaid.org.uk/brasil

Equipe editorial

Elaboração e edição de texto: Fernanda

Sucupira

Agradecemos as contribuições de todas as
participantes do seminário “Gênero e Mercados
Inclusivos”, em particular Carolina Bellinger,
Letícia Costa, Miriam Nobre e Sarah de Roure pela
revisão do texto.

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol

Ilustração da capa: Helena Zelic

Impressão: Pigma Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 2.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S681m SOF Sempre Viva Organização Feminista
Mulheres do campo construindo autonomia. Experiências de
comercialização / SOF Sempre Viva Organização Feminista - São Paulo: SOF
Sempre Viva Organização Feminista, 2016.

36 p.

ISBN 978-85-86548-27-7

1. Mulheres do campo 2. Comercialização 3. Autonomia feminina
4. Agroecologia I. Título

CDD 330

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

I

5 REVELANDO A CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES DO CAMPO

6 AUTOCONSUMO, TROCAS E DOAÇÕES

7 TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

8 INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO NA
PRODUÇÃO

10 OS TEMPOS DAS MULHERES DO CAMPO

II

13 EXPERIÊNCIAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

14 GRUPOS DE MULHERES E GERAÇÃO DE RENDA:
ASSENTADAS E ACAMPADAS NO SUL DE MINAS

17 FEIRAS LIVRES: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DO
MST EM ALAGOAS

18 AGROECOLOGIA, FEMINISMO E ECONOMIA
SOLIDÁRIA: REDE XIQUE-XIQUE

21 VIVÊNCIAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR
BARRAGENS

24 ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

III

31 DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO E POTENCIALIDADES

APRESENTAÇÃO

3



Elaine Campos

Esta publicação é resultado do seminário "Gênero e Mercados Inclusivos" promovido pela agência ecumênica de cooperação britânico-irlandesa Chirstian Aid e seus parceiros Sempreviva Organização Feminista (SOF), Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O encontro, realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2015, na cidade de São Paulo, reuniu 25 mulheres e um homem, entre agricultoras familiares, indígenas, trabalhadoras assentadas, atingidas por barragens e representantes dessas entidades e movimentos. Ao longo de dois dias, discutiram-se estratégias e desafios para articular auto-organização, produção e comercialização, dando visibilidade à contribuição econômica das mulheres e fortalecendo-as nesse processo.

A ideia do seminário surgiu de um diálogo entre a Christian Aid e seus parceiros sobre o acesso aos mercados institucionais, especialmente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Identificou-se, assim, que existe uma diferença entre a participação dos homens e das mulheres dentro das cooperativas, e que coletivos exclusivamente femininos enfrentam dificuldades específicas para acessar esses mercados formais.

“Nossa expectativa com esse seminário era de olhar mais de perto o que são essas experiências, entender seus desafios. E pensar por onde podemos avançar, que outros passos podem ser dados no sentido de fortalecer a autonomia econômica das mulheres do campo”, explica Sarah de Roure, da Christian Aid.

Para compreender as desigualdades entre homens e mulheres no acesso aos mercados institucionais, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a importância econômica do autoconsumo, da doação e da troca, além da essencial contribuição feminina com todo o trabalho de cuidado da casa, das pessoas e da natureza – atividades desvalorizadas em nossa sociedade capitalista e patriarcal.

Além disso, é preciso dar visibilidade ao papel fundamental que elas têm na agricultura familiar, responsável por boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, como 87% da mandioca e 70% do feijão. E, nesse contexto, são principalmente as mulheres que se envolvem com a agroecologia, produzindo alimentos saudáveis e diversificados, sem utilizar agrotóxicos, conservando as sementes, cultivando plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da biodiversidade.

Foram apresentadas no seminário experiências das mulheres rurais de auto-organização, desenvolvimento de linhas produtivas e comercialização: cooperativas, grupos de mulheres, feiras livres, grupos de compra, redes de economia solidária – para, enfim, chegar ao tema dos mercados institucionais. Sua importância para a autonomia das mulheres do campo, suas vantagens, seus desafios e as ameaças de retrocesso que rondam esses programas. Nesses debates, ficam claras as inter-relações entre a autonomia econômica, política e pessoal das mulheres, como processos simultâneos, um sustentando o outro.

REVELANDO A CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES DO CAMPO

5



AUTOCONSUMO, TROCAS E DOAÇÕES

A contribuição econômica das mulheres do campo muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem. Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação da família, intercambiar com a vizinha hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas parentes e amigos que vêm visitar no final de semana. São algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta.

Nesse sentido, foi apresentado no seminário um instrumento utilizado pelo Grupo de Trabalho de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), para revelar essa contribuição: a Caderneta Agroecológica. Na caderneta, anotam durante um ano a quantidade e os valores de tudo o que foi produzido por elas, consumido, doado, trocado e também vendido. Uma ferramenta expressiva para discutir coletivamente a questão da produção, e até para ajudar a transformar as relações familiares. Ao mesmo tempo, uma atividade bastante trabalhosa, que requer disciplina, e que, por isso, para ser realizada, precisa ter uma utilidade clara para as mulheres.

Em especial, esse registro dá visibilidade à produção para o autoconsumo. Com ele, é possível ter uma ideia do valor monetário dessa contribuição, observando o que as famílias deixam de comprar quando consomem o que as mulheres produzem: hortaliças, ovos, frango, mel, plantas medicinais, entre muitos outros itens. Uma economia que pode ser bastante significativa no orçamento familiar, e que é resultado do trabalho das mulheres.

Segundo Miriam Nobre, da SOF, ao codificar o autoconsumo, abre-se uma discussão sobre como lidar com o nosso bem-estar, sobre quanto precisamos do dinheiro em si e quanto podemos seguir outros caminhos. Numa sociedade capitalista como a nossa, em que as pessoas precisam de dinheiro para viver, é importante ressaltar o aporte do autoconsumo também em termos da qualidade do que se ingere.

Assim, não faz sentido sobrevalorizar a comercialização, entrando numa lógica de vender seus produtos agroecológicos para comprar outros mais baratos e de pior qualidade, para conseguir dinheiro vivo. "A maioria das mulheres tem a sua criação de galinhas, mas não consome as que criam no próprio quintal. É incrível. Essas pessoas vendem e vão para o supermercado comprar aquela galinha lá. Eu vivo brigando por causa disso. Como é que você cria, sabe o que está dando para as suas galinhas co-

merem, e vai para o supermercado comprar uma galinha cheia de veneno?”, questiona Tatiana Siqueira, da Rede Xique-Xique.

Algumas mulheres que utilizaram esse instrumento de registro também notaram outras mudanças no decorrer desse processo. Em geral, elas têm mais costume de dar seus produtos do que de trocá-los. Porém, observaram que registrar essas doações cria possibilidades maiores de troca, porque isso evidencia o trabalho envolvido.

Além disso, quando as mulheres começam a anotar as miudezas, percebem também a importância das unidades menores, que muitas vezes não são contabilizadas no orçamento familiar. “A mulher tem uma horta e vai vendendo para a vizinha que vem comprar, ou para outras pessoas que passam. Põe o dinheiro naquela cestinha em cima da geladeira, vem o menino de manhã, pede dinheiro para comprar um caderno, e aquele dinheiro desapareceu e ela não percebeu”, exemplifica Miriam. Ao registrar isso, as pequenas vendas passam a ser mais reconhecidas.

TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Quando pensamos a economia como a produção cotidiana do viver, constatamos que a contribuição econômica das mulheres é imensa. Elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, um trabalho invisível, gratuito e repetitivo, mas fundamental para o bem-estar das pessoas.

Nessa injusta divisão sexual do trabalho, elas realizam uma infinidade de atividades destinadas a cuidar da casa e da família, como lavar roupa, cozinhar, fazer a limpeza, ajudar os filhos com as tarefas escolares. No campo, essas atividades podem se multiplicar e se intensificar, tornando o trabalho ainda mais pesado. Muitas vezes, as mulheres rurais buscam lenha para cozinhar ou água para uso doméstico, lavam a roupa no rio, alimentam galinhas e porcos, cuidam da horta, capinam o feijão que está em volta da casa.

Esse trabalho, que requer disponibilidade permanente das mulheres para as outras pessoas da casa, é um elemento que gera sobrecarga em suas vidas. No entanto, raramente filhos e maridos reconhecem essa contribuição feminina. Várias mulheres inclusive são acusadas de não fazer nada, mesmo cuidando de todos esses afazeres.

Quando elas se organizam em coletivos ou participam de entidades e movimentos sociais, assumem mais tarefas e responsabilidades. Muitas se veem tensionadas entre a luta e a dedicação à casa e ao marido. A distribuição desigual do trabalho

doméstico e de cuidados é um elemento que dificulta muito a participação feminina nesses espaços.

“A gente trabalha o dobro como mulher. Para ir para essas atividades, tenho que lavar a roupa, limpar a casa, deixar tudo arrumado, organizado. Limpo tudo, varro o quintal, deixo tudo arrumadinho, deixo a comida feita. Para ele não falar nada, eu me desdubro até hoje para não largar o que eu gosto de fazer”, conta Manuela Gustavo, do MAB.

INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO NA PRODUÇÃO

Em geral, as mulheres do campo também trabalham bastante na roça, mas muitas vezes esse aporte não é valorizado, aparecendo apenas como uma ajuda ao marido. Ou seja, outro trabalho importante feito pelas mulheres que tem sido sistematicamente invisibilizado. Muitas nem sequer se reconhecem como agricultoras. Por isso, antes de pensar em aumentar o trabalho delas, é preciso reconhecer todos aqueles que elas já vêm realizando.

O feijão, por exemplo, costuma aparecer como uma produção dos homens, porque eles plantam e colhem, mas são as mulheres que carpem e cuidam de seu desenvolvimento. Apesar disso, são os homens que decidem a hora de vender, como vender, o que fazer com o dinheiro. Fica, então, para as mulheres, o desafio de obter poder de decisão sobre aquela produção que é considerada da família, já que também trabalham nela.

Em diversos casos, quando a produção de algum item é pequena e a comercialização gera pouca renda, as mulheres podem ser as responsáveis por esses processos. Porém, quando esses negócios dão certo e crescem, frequentemente são apropriados pelos homens.

Diva Deitos, coordenadora da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) conta sobre a experiência das mulheres com o leite em sua região: “Enquanto o leite não tinha preço, não tinha esse valor, as mulheres tinham autonomia. A partir do momento em que o leite começou a ter preço, o cheque vai diretamente para o homem. São elas que fazem tudo: elas que colocam as vacas para o pasto, que tiram o leite, mas são eles que recebem o cheque. Nem o nome delas sai. Elas ficam muito caladas diante disso tudo, muitas delas”.



Sandra Silva



Arquivo Rede Xique Xique

Fernanda Portes, do MAB, por sua vez, relata que o movimento recebeu hortas do programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), e elas conseguiram que metade fossem destinadas para as mulheres e metade para os homens. "O PAIS é uma produção menor, que pode ser feita no quintal ou em espaço maior, de alimentos agroecológicos, pega mais as hortaliças. Quando o PAIS não estava com uma produção maior, para fora, os homens deixavam o dinheiro para as mulheres; quando teve uma produção maior, eles quiseram se apropriar".

Também é preciso lembrar que, quando se fala em agroecologia, são as mulheres que costumam estar encarregadas disso. Elas guardam as sementes e cuidam do processo todo de manejo da produção agroecológica. E, quando querem expandir essa produção e as práticas agroecológicas, muitas vezes enfrentam resistência do marido.

As reações chegam a ser violentas, mostrando uma clara dificuldade da parte deles de compartilhar a organização do espaço. Alguns jogam agrotóxicos no terreno vizinho àquele em que elas estão cultivando alimentos orgânicos; outros passam com o trator sobre as plantações ou cortam as flores que elas cultivam. Outros, ainda, se recusam a regar as hortas ou a alimentar os animais quando elas precisam se ausentar por um tempo. Também boicotam a participação política delas de outras formas, recusando-se a ficar com as crianças, por exemplo.

"Algumas delas vêm aos encontros escondidas. Tem vezes que as mulheres não têm nem dinheiro para sair de casa, têm que vender uma galinha ou alguns ovos para conseguir vir participar nesses espaços", completa Diva.



Para elas, portanto, é necessário não apenas lutar pela terra e enfrentar o agronegócio, como também lidar com as dificuldades nas relações familiares, em especial com os próprios companheiros. O poder feminino de gestão sobre a terra não é o mesmo que o masculino; quando a família tem uma terra produtiva, nem sempre as mulheres têm as mesmas possibilidades que os homens de decidir o que fazer com ela.

Outra questão importante é como recuperar o conhecimento tradicional sobre o processo produtivo, que está deixando de ser transmitido de geração para geração. Saberes importantes, como a observação da lua para definir quando é melhor plantar, de acordo com o resultado desejado, que não estão sendo valorizados pelas novas gerações. E são as mulheres justamente as que mais preservam esses conhecimentos. Isso porque, ao se relacionarem mais com as instituições, os homens assumiram muito mais o discurso tecnológico e passaram a comprar adubos, sementes e agrotóxicos, perdendo muito dessa sabedoria.

OS TEMPOS DAS MULHERES DO CAMPO

O tempo tem sido um instrumento expressivo para revelar as múltiplas contribuições econômicas femininas e provocar uma reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Observando a distribuição do tempo ao longo do dia delas, fica evidente a sobrecarga das mulheres e a injustiça envolvida nisso.



As atividades domésticas, de cuidado com os filhos e outros familiares, de produção e comercialização, de cuidado de si e de descanso, realizadas por elas na vida cotidiana, geralmente superam as 24 horas do dia. Isso significa que há uma sobreposição dessas atividades: ao mesmo tempo em que o feijão está cozinhando, ela está ajudando o filho a fazer a lição, e pensando que vai chover e as roupas estão penduradas no varal. E essa disponibilidade permanente das mulheres para as necessidades das pessoas da família, uma atenção constante para tudo, muitas vezes gera nelas um sentimento de impotência.

Assim, os múltiplos tempos das mulheres precisam ser levados em conta quando se pensa em projetos de produção e comercialização. Um exemplo é o trabalho realizado pela CPI-SP, com quilombolas do Pará, para aumentar o beneficiamento de castanha do Pará. Partiu-se de uma avaliação econômica, em que se calculou a disponibilidade de horas que homens e mulheres tinham para trabalhar nisso. Porém, as mulheres não se envolveram com o projeto como se esperava.

Ao analisar o problema, constatou-se que o cálculo não incluía a realidade feminina, porque não estavam previstas horas de trabalho doméstico e de cuidados. Parecia, assim, que elas tinham um tempo livre para se dedicar ao beneficiamento da castanha que na realidade não existia, porque as pessoas precisavam comer, ter roupa lavada, etc.

Nesse sentido, afastar as atividades produtivas da casa pode ser uma medida interessante para que esses projetos deem certo. Quando as mulheres da Rede Xique-Xique tinham uma horta coletiva, por exemplo, era bem mais fácil organizarem seu tempo do que quando cada uma passou a cuidar das hortaliças em seu próprio quintal. Estar em casa as prejudica, pois parecem o tempo todo efetivamente disponíveis e acabam sendo sugadas pelos afazeres domésticos e familiares.

LAZER, DESCANSO E MILITÂNCIA

Nesse contexto de dedicação aos outros, é muito difícil que as mulheres tenham tempo para atividades de lazer. A vida passa a ser uma maratona diária, sem descanso. “Como a gente é mulher, não tem muito lazer. Sábado meus filhos foram jogar bola e falaram, mãe, bem que você podia ir assistir. Mas não tem como, tem que fazer janta, tem que lavar roupa. Daqui a pouco já vai anoitecer e tem que jogar milho para as galinhas. Eu descanso mais ou menos quando é dez horas da noite. Até seis horas da manhã. O lazer da mulher não existe: quando levanta já tem que lavar prato, limpar a casa”, diz Márcia Poty Vidal, indígena Guarani da Aldeia Tenondé Porã, em São Paulo.

Na avaliação de Tatiana Siqueira, da Rede Xique-Xique, os homens levam uma vida fácil, quando comparada à das mulheres: “Eles têm a hora do lazer, os domingos para jogar futebol, o tempo de ir no bar com os amigos, têm a hora de dormir, o descanso. Quando chegam em casa já têm a comida pronta, só fazem almoçar e dormir”.

Se o lazer quase não existe no dia a dia delas, o sono aparece como uma variável de ajuste. Isto é, quando falta tempo para alguma atividade cotidiana, passam a dormir menos horas para dar conta de fazer tudo. Isso faz com que fiquem ainda mais cansadas.

Para várias mulheres, somam-se a esses tempos o da militância, que ocupa horas significativas em suas vidas. Quando fazem parte de uma associação ou de um movimento social, também precisam se dedicar ao trabalho político: participar de reuniões, formações e mobilizações, estudar, organizar as mulheres. Segundo Letícia Costa, do MST, muitas vezes a participação política começa a tomar o tempo dedicado às tarefas da casa, e isso faz com que se inicie uma disputa dos tempos das mulheres.

A falta de autonomia de muitas mulheres sobre a organização do próprio tempo é bastante evidente. Muitos homens tentam controlar suas companheiras justamente colocando limitações ao livre uso do tempo delas.

EXPERIÊNCIAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

13



GRUPOS DE MULHERES E GERAÇÃO DE RENDA: ASSENTADAS E ACAMPADAS NO SUL DE MINAS

Há cinco anos, formaram-se dois grupos de mulheres na Brigada Quilombo Campo Grande, da regional sul de Minas Gerais do MST. Um deles, o Coletivo de Mulheres Olhos D'Água, com participantes de um assentamento, e o outro reunindo mulheres de dois assentamentos e onze acampamentos que estão no mesmo latifúndio. Somados, incorporam mais de sessenta mulheres.

O coletivo tem três objetivos centrais, que suas integrantes chamam de tripé organizativo. O primeiro deles é a formação política, com o intuito de qualificar as mulheres para estar nos cargos diretivos do movimento e saber fazer uma análise de conjuntura, que passe pela situação local, regional e estadual. Uma das prioridades desse coletivo, portanto, é de forjar novas dirigentes e dar a elas o suporte necessário para ocupar esses cargos, debatendo questões como feminismo, violência e patriarcado.

O segundo objetivo é a organização e a luta. Um dos desafios identificados pelos grupos, quando se iniciaram, era de que suas participantes não estavam presentes nos setores de saúde e educação, que são tradicionalmente fundados e organizados por mulheres dentro do MST. Com o trabalho do coletivo, conseguiram fortalecer esses setores. Mais que isso: avançaram em direção aos mais masculinizados, o setor de produção e o de frente de massa.

Também contribuíram para aumentar a participação das mulheres nas lutas do movimento. "Hoje, quando um ônibus sai para Belo Horizonte, para fazer uma marcha ou uma mobilização, a gente dá conta de ter mais de 50% de mulheres", conta Tuíra Tule, integrante do coletivo.

A terceira perna do tripé organizativo é a geração de renda, que engloba quatro linhas produtivas:

■ **Beneficiamento de frutas, vegetais e pimentas**, que resulta em compotas e conservas.

■ **Produção de sementes agroecológicas**: De cinco hortaliças, abóbora e pimenta, em parceria com a Bionatur, cooperativa ligada ao MST, especializada na venda de sementes orgânicas. Algumas hortaliças são beneficiadas, como o tomate, do qual se faz o molho. De outras, como a rúcula, o rabanete e o brócolis, comercializam apenas as sementes. De um grupo de 17 pessoas que estão nessa linha produtiva, 15 são mulheres.

■ **Produção de café:** Uma das apostas do coletivo na comercialização. Seis companheiras estão produzindo exclusivamente o café, uma cultura que envolve a família toda.

■ **Plantas medicinais:** Uma linha produtiva que vem sendo amadurecida e planejada há mais de dois anos, construída em nível estadual, com as mulheres do MST de Minas Gerais. Já estão com duas hortas coletivas, cada uma envolvendo pelo menos vinte mulheres.

Estão em diálogo com várias instituições, como Anvisa, Fiocruz, universidades, indústrias farmacêuticas e indústrias de processamento de plantas secas, para debater a cadeia produtiva das plantas medicinais. Organizaram um seminário estadual no final de 2015 para avançar nesse debate e entender melhor a legislação e as normas sanitárias.

O projeto inicial era de acessar a política de compra direta de plantas medicinais pelo SUS, que reconheceu o efeito terapêutico de algumas delas, para chegar aos postos de saúde. No entanto, descobriram que, dos 152 municípios da região, só cinco acessam essa política, todos com menos de 15 mil habitantes. Ao mesmo tempo, constataram que na região existem três indústrias farmacêuticas, de plantas secas e beneficiamento.

Pretendem firmar uma parceria para beneficiar suas plantas medicinais orgânicas para produzir fitoterápicos, como gel de massagem e digestivos, para agregar mais valor em relação à planta seca. O gargalo, nesse caso, é a comercialização, porque atualmente só conseguem acessar o mercado informal, devido às normas sanitárias. Por isso, querem desenvolver os fitoterápicos em parceria com alguma universidade, para utilizar seu laboratório na manipulação, mas com receitas e plantas secas próprias.

Outro plano em relação às plantas medicinais é a venda de suas sementes orgânicas, que a Bionatur ainda não tem.

DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO

De maneira geral, a comercialização ainda apresenta grandes desafios para esse coletivo. Elas têm uma dificuldade logística: como a cooperativa não tem um veículo próprio, não conseguem vender os produtos in natura, precisam ser agroindustriais. Como o processamento agrega valor, elas conseguem bancar o transporte dessa forma.

As vendas desses dois grupos ocorrem muito nas atividades do MST, nas feiras nacionais e estaduais, que também abrem possibilidades de novos contatos. Por exemplo, na Feira Nacional da Reforma Agrária, em 2015, em São Paulo, foram

levados 24 produtos diferentes da brigada, dos quais 12 eram certificados orgânicos. Destes, 80% eram produzidos pelas mulheres. Também foram levadas 13 variedades de doces, 100% produzidos pelas mulheres.

Uma questão em que elas estão apostando muito, seja para os doces, para as plantas medicinais ou para os produtos beneficiados, é a criação de grupos de consumo consciente. "Não é um produto para ser vendido como orgânico enquanto nicho de mercado, não é um produto para o rico comer, a gente quer que seja um produto que sai com o preço justo para a classe trabalhadora", explica Tuíra. Para que o preço seja acessível, elas precisam eliminar os intermediários e vender diretamente para a população. A proposta é ter grupos nas três maiores cidades do sul de Minas Gerais.

MULHERES SAINDO NA FRENTE

Além disso, as mulheres saíram na frente na certificação orgânica participativa. Um processo que em sua própria essência inclui uma troca de experiências enriquecedora e é bem mais viável financeiramente do que aquele feito por auditoria. Ao todo, 25 mulheres do coletivo estão nesse processo, que já está no terceiro ano. Também conseguiram um Pronatec Agricultor Orgânico para 30 mulheres do coletivo. Com isso, estão se adiantando no conhecimento sobre o manejo orgânico, de modo a realizar o processo de transição e se organizar para a certificação.

Outra questão que tem a ver com o controle da produção está relacionada à agroindústria do açúcar mascavo. Como o assentamento produzia a cana, e as pessoas queriam a agroindústria, vinte famílias se envolveram nesse processo de aprendizagem. Dentro do coletivo de mulheres, foi feita uma reunião para pensar como não deixar que as mulheres ficassem de fora, como muitas vezes acontece nesses casos, a não ser que seja uma atividade monótona ou minuciosa.

Elas refletiram sobre qual seria o principal elemento da agroindústria do açúcar mascavo e chegaram a uma conclusão: o ponto de cozimento. "Depois que a gente terminou o curso, não se faz um quilo de açúcar mascavo se as mulheres não estiverem na agroindústria, porque só as mulheres aprenderam a dar o ponto. Não funciona sem as mulheres lá. São pelo menos cinco que sabem fazer. Se uma delas não estiver, não existe açúcar mascavo", diz Tuíra.

Segundo ela, a construção coletiva é um elemento fundamental para a sobrevivência dos grupos de mulheres. E a contribuição de cada uma deve ser por afinidade e vontade, nunca algo vindo de fora ou por uma decisão autoritária.

FEIRAS LIVRES: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DO MST EM ALAGOAS

Uma forma de comercialização tradicionalmente importante são as feiras livres. Em Alagoas, grupos de mulheres em áreas de assentamento e acampamento do MST têm uma experiência bastante positiva nesse sentido. Elas vendem seus produtos tanto em feiras livres nos municípios, organizadas pelos próprios assentamentos, quanto nas feiras da reforma agrária, realizadas mais esporadicamente, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais.

Essas feiras surgiram não apenas com o intuito de vender os produtos dos assentamentos e acampamentos, como também de mostrar para a sociedade que a reforma agrária dá certo. "Era aquele momento de repressão ao nosso movimento, de crítica da mídia. A gente precisava mostrar o outro lado, que a luta pela reforma agrária, a luta pela terra, não era só ocupação de terra, confronto direto com o latifúndio, mas também a produção de alimento saudável para matar a fome do povo", explica Margarida da Silva, do MST de Alagoas. No estado, a feira anual já está em sua 16ª edição.

As feiras da reforma agrária em Alagoas constituem espaços de visibilidade para a produção das mulheres. Elas criaram cinco cooperativas, a partir das cadeias produtivas de cada região: uma de beneficiamento do caju e do mel, no Sertão; de laticínios, no Agreste; de fruticultura e de beneficiamento da mandioca, na Zona da Mata; e outra de fruticultura, no litoral. Os produtos, em geral, são comercializados in natura ou processados artesanalmente – elas ainda não conseguiram avançar na industrialização. Também produzem artesanato, principalmente de fibra de bananeira e de madeira.

MUITO ALÉM DA COMERCIALIZAÇÃO

Para além da venda dos produtos e do diálogo com a sociedade, as feiras da reforma agrária são encaradas pelas mulheres do MST de Alagoas como espaços de inclusão, resistência, participação, formação, expressão cultural, lazer, encontro de mulheres e troca de experiências. Nesses eventos, elas costumam organizar rodas de conversa só de mulheres, para debater diferentes temas, como violência, saúde da mulher, políticas públicas, agronegócio, monocultura.

Além disso, pensando as feiras como espaços para as mulheres participarem da luta e das atividades, também promovem atividades lúdicas para as crianças, num processo pedagógico e de formação.



A partir desse debate sobre a participação das mulheres nas feiras, sentiram a necessidade de se organizar. "Não basta só produzir e comercializar, a gente viu que precisaria dar outros passos. Daí vem essa questão da organização das mulheres, de criar grupos de mulheres em todos os assentamentos e acampamentos que nós temos em Alagoas, a partir das necessidades e da realidade de cada uma. Se eu me identifico com criação de peixes, de galinha ou de ovelha, ou com artesanato, produção de bolos, de biscoito", conta Margarida.

Com isso, passaram a discutir sobre a participação das mulheres na luta e a necessidade de ocuparem os espaços de decisão política dos assentamentos e do movimento, como uma forma de fortalecer a autonomia das mulheres. "Fizemos uma marcha este ano, ocupamos o Ministério da Agricultura em Alagoas, discordando da política agrária do governo. O modelo de agricultura que está aí não nos representa, e as mulheres somos as mais afetadas com esse avanço do agronegócio no campo", explica Margarida.

AGROECOLOGIA, FEMINISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: REDE XIQUE-XIQUE

A Rede Xique-Xique foi criada em 2004, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, como um espaço de comercialização solidária. As mulheres enfrentavam dificuldades na venda de seus produtos, principalmente hortaliças orgânicas, e percebiam que os atravessadores ficavam com a maior parte do lucro. Para eliminar os intermediários, resolveram se organizar, incluindo a princípio grupos provenientes de três municípios.

Em pouco tempo, viram que a comercialização local não era suficiente e começaram a criar feiras. A Rede Xique-Xique foi crescendo, e hoje já envolve 416 famílias



de 18 municípios do Rio Grande do Norte, com planos de se expandir para outros dois estados, Ceará e Maranhão. Atualmente, 13 núcleos têm feiras livres.

No processo de construção da rede, elaborou-se uma carta de princípios, que inclui três pilares: agroecologia, feminismo e economia solidária. Elas discutiram que não era possível falar em agroecologia onde as mulheres estivessem sofrendo violências ou tendo seu trabalho desvalorizado. Por isso, concluíram que a rede não poderia existir sem o feminismo. Se a vida delas estava mudando, por meio da comercialização, então outras mulheres também poderiam se engajar nessa discussão.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Elas avaliavam que as mulheres precisavam participar mais, tanto na discussão política local quanto em nível estadual, mas tinham muita dificuldade nisso. Notaram que era mais fácil debater com os homens do que com as mulheres.

“Mas aí a gente começou a dizer, a gente quer a participação das mulheres. Para você participar da feira, você pode como família, como unidade familiar, mas você tem que trazer sua mulher, tem que trazer sua filha. A gente não proibia o homem de participar da feira, mas a família tinha que vir. E para participar da feira, tem que participar das discussões dos núcleos uma vez por mês”, explica Tatiana Siqueira, coordenadora da Rede Xique-Xique. Nessas conversas mensais, elas ficam atentas a possíveis sinais de situações de violência, e, quando uma família se afasta da feira, sempre procuram saber o motivo.

Em 2014, alguns grupos de mulheres inseridos na rede conseguiram vender para o PNAE e para o PAA. Em 2015, encontraram entraves para seguir nesses mercados institucionais, por causa das normas sanitárias, o que representou um retrocesso na comercialização, já que as compras diretas são uma garantia muito maior do que as feiras.

A rede hoje tem 75% de participação de mulheres, tanto dos grupos quanto das famílias. Algumas delas tinham dificuldade de trazer seus companheiros para dentro dessa discussão, por causa da parceria da Rede Xique-Xique com o Centro Feminista 8 de Março (CF8) e com a Marcha Mundial de Mulheres. "A gente atravessa esse preconceito com muitos companheiros, que dizem que são da luta, quando da luta não têm nada, quando se fala da questão da autonomia das mulheres. Porque, a partir do momento que as mulheres conseguem se inserir no mercado, ter seu produto, ter sua renda, têm uma autonomia que às vezes nem elas mesmas se reconhecem", afirma Tatiana.

FORTALECIMENTO DA AUTOESTIMA

Por isso, além desse processo de comercialização, é importante também fortalecer a autoestima das mulheres. Uma questão ainda mais complexa, com a qual a autonomia econômica pode contribuir. "A gente quer que as mulheres tenham uma renda, um padrão de vida, que olhem para dentro de si e digam, eu não preciso pedir nada a ninguém, eu não preciso que o meu marido me dê 100 reais, mas você vai ter que dar satisfação do que vai fazer. Em primeiro lugar, nós mulheres temos que nos reconhecer como mulheres. E dizer assim, eu posso produzir, eu posso comercializar o que eu produzi, eu posso ajudar outras companheiras que estão ao meu lado", diz Tatiana.

Dentro da Rede Xique-Xique, existe não apenas um grupo rural como também um urbano, mas que não costuma ser visto como tal. Quando se fala na Rede Xique-Xique, pensamos geralmente nas agricultoras, pescadoras, apicultoras. Recentemente, na comemoração dos dez anos da rede, essas mulheres, que trabalham com o artesanato da palha de bananeira e com serviços gerais, começaram a dizer que queriam ser vistas como urbanas. A partir de então, esse grupo começou a sair da invisibilidade.

"A gente achava que o importante para elas era só a comercialização. Então, quando elas disseram que queriam ser reconhecidas como urbanas, a gente percebeu que era na linha que a gente pregava. Não era só a comercialização que era importante, era o trabalho reconhecido, como pessoa. Teve essa mudança para melhor, que conseguiu agregar outras mulheres", conta Tatiana.

Atualmente, a rede conta também com duas lojas. Uma na sede, em Mossoró, onde funciona o escritório, com produtos de todos os municípios da rede: polpa, peixe beneficiado, castanha, mel, artesanato. E outra que está funcionando em São Miguel do Gostoso, junto com o Banco Comunitário.

O banco, coordenado pelo sindicato de trabalhadores rurais, pelo grupo de mulheres, e pela Rede Xique-Xique, tem até uma moeda própria da comunidade, que só funciona lá dentro, o Gostoso. Essa moeda tem o propósito de fortalecer o comércio local e a troca, favorecendo a autonomia da comunidade. O banco conseguiu parcerias com alguns comércios, como supermercados e farmácias, e quem vai visitar a cidade troca o dinheiro pela moeda local.

Na rede, tem-se o hábito de chamar alguns clientes de “buscadores”. São aquelas pessoas que costumam ir à feira, pegar os produtos, perguntar quem produz. Nessa conversa, há uma troca entre quem compra e quem vende, para saber o que os buscadores gostariam que houvesse lá na feira, mas não encontraram. Quando o grupo local não produz o item desejado, mas o do núcleo vizinho sim, eles se articulam para o produto chegar àquela feira. É uma forma de fazer circular os produtos e de atender às necessidades do buscador, aproximando quem está vendendo de quem está comprando.

VIVÊNCIAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Em geral, as mulheres do MAB têm bastante dificuldade de produção e comercialização. Isso porque, antes de batalhar para dar visibilidade à sua produção, as atingidas por barragens têm um problema específico: precisam recuperar a terra e retomar o processo produtivo que tinham desenvolvido antes de serem reassentadas.

Para piorar, nas negociações com as empresas e o governo, podem não ter reconhecidas suas produções anteriores às barragens, porque a terra não estava no nome delas. Assim, as violações de direitos podem vir em dobro para essas mulheres.

Esse processo é um verdadeiro recomeço para muitas delas. “Muda tudo na vida da gente. Fui jogada numa terra nua, crua, batida. Eu disse, se eu saí lá de onde eu estava e vou para um canto começar tudo de novo, vou começar a aprender, porque eu não vou mais ter o meu rio para pescar, o meu extrativismo, minha caça, meu lazer longe de um vizinho”, afirma Manuela Nunes, do MAB, assentada e depois expulsa pela construção das barragens de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia.

Ela conta que, por mais que adubassem, nada vingava naquela terra em que foram reassentados, há cinco anos. As pessoas precisaram ir se adaptando aos poucos e plantando o que era possível: mamão, mandioca, melancia. Já outras plantas

ARPILLERAS: BORDANDO A RESISTÊNCIA DAS MULHERES DO MAB

Ao longo de dois anos, as mulheres do MAB resgataram a técnica feminista das arpilleras, desenvolvida no Chile durante a ditadura militar (1973-1990). Como não podiam denunciar as atrocidades que estavam sendo cometidas, as chilenas passaram a contar e interpretar o que estavam vivendo, por meio da costura e do bordado. As mulheres do MAB conheceram essa experiência e a adaptaram para sua própria realidade.

Num longo processo de auto-organização e empoderamento, realizaram-se oficinas dessa técnica com mais de 900 mulheres atingidas por barragens em todo o Brasil. Elas passaram a bordar suas histórias de luta contra a construção de hidrelétricas, denunciando os direitos que têm sido violados com o atual modelo energético brasileiro.

Em 2015, esse projeto resultou na exposição internacional "Arpilleras: bordando a resistência", no Memorial da América Latina, em São Paulo. Ao todo foram exibidas 37 peças de bordado, construídas por mulheres de seis países da América Latina e Europa, sendo 25 delas atingidas por barragens de todas as regiões do país.

frutíferas, como laranja e limão, demoraram muito mais para dar certo, porque a terra estava muito ácida.

Dentro desse contexto, criou-se na comunidade um grupo de mulheres, que reunia cerca de 15 reassentadas, para fazer artesanato. Em pouco tempo, porém, o coletivo foi se desfazendo, devido às dificuldades de comercializar os produtos, e só restaram três mulheres.

VALE DO RIBEIRA

No Vale do Ribeira, região localizada no sul do estado de São Paulo e no leste do Paraná, as mulheres do MAB também encontram entraves na comercialização. A região, onde vivem indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caiçaras, já foi muito rica, grande produtora de arroz e café, mas atualmente está entre as mais pobres dos estados onde se encontra.

Segundo Carla Pereira, do MAB, houve ali uma ilusão em relação ao plantio de palmito, um cultivo com grande potencial no local. Porém, os grandes produtores organizaram um cartel e conseguiram destruir o ciclo produtivo que as comunidades começaram a construir, com a agroindústria do palmito.



“Eles jogam o preço lá embaixo e você não consegue fazer com que as comunidades retirem uma renda daquilo. Essa é uma dificuldade no processo organizativo. A gente constatou que o processo de comercialização e de produção têm que andar juntos, não adianta pensar nas duas coisas separadas. Porque, ou uma produção vai muito bem e você não consegue vender lá na frente, ou consegue o mercado e não consegue a produção”, analisa Carla.

Ela conta que, na parte litorânea dessa região, as mulheres estão à frente da produção, estão presentes nos momentos de construção e planejamento dos projetos, mas, quando se trata da comercialização, os homens ainda assumem o comando. Diferentemente do que ocorre nos quilombos, onde as mulheres participam do processo todo. “Quando começa a se tornar maior, quando precisa acessar os mercados institucionais para além do seu território, essa dificuldade também aumenta, porque os espaços de articulação são de homens. Há uma série de dificuldades para as mulheres se inserirem nesses espaços”, avalia.

AUTO-ORGANIZAÇÃO

Um dos desafios do movimento é a auto-organização das mulheres em nível nacional. Por enquanto, as experiências delas de comercialização ainda são simbólicas e localizadas, de acordo com Fernanda Portes, do MAB.

“Nós, mulheres camponesas, nas experiências mistas ou autônomas, temos enfrentado o agronegócio. Nós fazemos parte da luta, fazemos o enfrentamento, inclusive propondo alternativas. Por isso que, para mim, a geração de renda é importante, desde que esteja dentro de uma estratégia para a emancipação das mulheres. Porque não basta ter o empoderamento pela autonomia financeira, é preciso também um processo de emancipação tanto local quanto na organização das mulheres”, diz Fernanda.

ACESSO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Os programas que possibilitam o acesso dos produtos da agricultura familiar aos mercados institucionais são uma conquista de trabalhadoras e trabalhadores

Douglas Mansur



do campo, resultado da luta para garantir a renda de suas famílias e levar alimentos saudáveis à população brasileira. Incluir sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o sonho de muitos grupos de mulheres que buscam alternativas seguras de comercialização.

O acesso a esses mercados formais proporciona uma maior estabilidade às mulheres do campo. "É um mercado muito variável e a gente não tem condições de organizar a nossa produção só por conta das feiras. Não dá garantia de preço para a gente, nem de venda. O que dá garantia é o mercado institucional, por isso tem que ser uma luta prioritária. O PAA e o PNAE vêm para que nós, agricultores e camponeses, sejamos protagonistas da questão da alimentação, seja de escola, de presídios, asilos, tudo o que garanta a nossa viabilidade no campo", diz Tuíra Tule, do MST do sul de Minas Gerais.

APRENDIZADOS EM RELAÇÃO AO PAA E AO PNAE

O PAA costuma ser a porta de entrada para esses programas, por permitir a participação de grupos informais, vendendo produtos mais diversificados e em quantidades menores, e é encarado como um aprendizado para chegar ao PNAE.

Em 2011 o Comitê Gestor do PAA estipulou que 5% da dotação orçamentária anual do PAA deve ser destinado a grupos de mulheres (ou grupos mistos com pelo menos 70% de mulheres). Além disso, a participação das mulheres deve ser de pelo menos 40% para a modalidade de Doação Simultânea. Nela, alimentos in natura ou processados são adquiridos de agricultores familiares ou de suas organizações, que os entregam em centrais de distribuição de municípios, consórcios de municípios e estados que aderiram ao programa, e são pagos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social. Com isso, a porcentagem de mulheres entre os fornecedores do PAA saltou de 21%, em 2009, para 50% do total de participantes em 2014.

Segundo Paula Botelho, representante do escritório nacional de comercialização do MST, por meio do PAA é possível trabalhar dentro dos assentamentos a questão da cooperação e do trabalho coletivo, e amadurecer o grupo para chegar ao PNAE.

"Um exemplo que eu sempre gosto de dar é o da mandioca. Quando você está no PAA, entrega a mandioca com casca para as entidades cadastradas no projeto. Do PAA para o PNAE, tem a questão do aprendizado, de aprimorar suas técnicas para poder se enquadrar às exigências. No PNAE, algumas prefeituras pedem para ser a vácuo. Então, você vai ter que se qualificar, se padronizar, para colocar no vácuo e sem casca. Você acaba se organizando, tentando ter conhecimento, adquirir

MULHERES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS LUTAM POR MUDANÇAS NO CARDÁPIO DAS ESCOLAS

Em 2014, as mulheres indígenas Guarani, da Aldeia Tenondé Porã, localizada na Zona Sul do município de São Paulo, começaram a discutir sobre soberania alimentar, junto com a Comissão Pró-Índio (CPI-SP). Dali surgiu a demanda de adequar o cardápio das escolas indígenas à cultura alimentar Guarani. Iniciou-se, então, um trabalho de incidência junto ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao Ministério da Educação, e à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a criação desses novos cardápios.

Em Oriximiná, no Pará, as mulheres são responsáveis pelas roças nas comunidades quilombolas, enquanto os homens estão nas atividades de extrativismo e no funcionalismo público. Em parceria com a CPI-SP, elas também começaram a se articular, pela criação de um cardápio quilombola nas escolas locais, como uma forma de valorizar a cultura alimentar amazônica e ampliar a demanda pelos produtos locais.

A meta é conseguir que as mulheres quilombolas de Oriximiná acessem o PNAE e coloquem sua produção na merenda escolar. No entanto, para isso, a cooperativa do quilombo precisa que um número mínimo de cooperativados obtenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O problema é que, quando algumas mulheres foram requerer sua DAP, a mera inscrição foi recusada, com o argumento de que a declaração é familiar e somente o chefe da família poderia requerer, o marido. Esse caso mostra quanto o conceito de “agricultura familiar” tem sido mal interpretado e pode ser preconceituoso com as mulheres do campo.

experiência para poder fazer isso. Aí você já aprendeu, já se capacitou e agora está no amadurecimento da sua produção, e pode transformar isso numa agroindústria de farinha de mandioca”, exemplifica Paula.

O PNAE é um programa que apresenta mais exigências, em termos políticos, burocráticos e técnicos. “Quem trabalha com hortifrúti tem dificuldade. Hoje, poucas associações e cooperativas conseguem entregar no PNAE, porque para transportar do seu lote até a prefeitura, você tem que ter um caminhão refrigerado, padronizado para isso”, explica Paula.

E não basta conversar com prefeitos e secretários de educação, também é necessário dialogar com as e os nutricionistas sobre os produtos oferecidos.



Isabella Bellinger



Isabella Bellinger

Hoje, a lei estabelece que pelo menos 30% do PNAE seja destinado à agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas. Na prefeitura de São Paulo, o carro chefe da alimentação escolar das crianças, o arroz e feijão, atualmente é fornecido pelo MST. A prefeitura de São Bernardo, por sua vez, compra praticamente 100% da alimentação escolar da agricultura familiar, tanto produtos industrializados quanto in natura.

“Nós também temos condições, se estivermos organizadas, de entrar até nos outros 70%, se as mulheres estiverem com uma produção com qualificação. Hoje tem uma abertura muito grande com esse programa”, acredita Neusa Paviato, do MST de São Paulo. De acordo com sua experiência em municípios no estado de São Paulo, ela defende que é importante articular com as prefeituras antes que seja feita a chamada pública.

“O debate que a gente vem fazendo com todo mundo, principalmente nas prefeituras, é que, quando for lançar uma chamada pública, a gente dos movimentos vai conversar com nosso pessoal dos assentamentos e ver que tipo de produção existe hoje, para que seja colocada na chamada pública. E as nutricionistas também vão

fazer uma visita aos assentamentos para saber o que a gente produz, para, na hora da chamada pública, termos certeza de que temos condições de estar nela”. Foi dessa forma que companheiras da cooperativa Mãos da Terra entraram com suas verduras orgânicas no PNAE de Ribeirão Preto, um grande centro do agronegócio.

Outro exemplo nesse sentido é o do Rio Grande do Sul, onde o PNAE é decidido escola por escola. Letícia Costa, do MST, conta que algumas cooperativas fizeram uma campanha junto às escolas e conseguiram avanços no acesso ao programa. A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes (Coopat), por exemplo, conseguiu emplacar sua produção da padaria, predominantemente feminina, na alimentação de algumas escolas.

“Fizeram uma ofensiva bem bacana, de ir escola por escola, já com o kit de documentos, sabendo totalmente como é que faz para preencher aquilo. Depois fizeram cursos com as mulheres que trabalham nas cozinhas das escolas, que manuseiam os produtos, e elas mostraram várias formas de oferecer o produto e também a questão nutricional”, relata Letícia.

Isso deu visibilidade à produção das mulheres na cooperativa, que se equiparou em termos financeiros à agroindústria do arroz, coordenada pelos homens. Com isso, levantaram-se questionamentos sobre os tipos de empreendimento da cooperativa, o faturamento que cada um tinha, e sobre o fato de o arroz ser produto da agricultura local e o pão não ser.

RISCO DE RETROCESSOS

No entanto, uma série de entraves dificulta essa inserção e – com os severos cortes no orçamento e as mudanças no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – tais programas estão ameaçados, com grande risco de haver retrocessos nessas conquistas da agricultura familiar.

“Falando um pouco da nossa realidade, o PAA é um sonho bonito que a gente viveu três anos atrás. Estamos há três anos com o projeto escrito, sonhando, abrimos conta, fizemos todo o processo. Ocupamos o Conab nacionalmente e nada adiantou. Nossos projetos estão escritos, estão prontos, mas é uma burocracia grande, que piorou recentemente”, diz Tuíra.

As normas sanitárias, idealizadas para a exportação de produtos das grandes empresas, estão muito distantes da realidade da agricultura familiar, com exigências que são muito onerosas para esses grupos. No caso da Rede Xique-Xique, elas

NORMAS SANITÁRIAS

Movimentos sociais da agricultura familiar, de comunidades tradicionais, da economia solidária, movimentos ligados à produção e consumo de alimentos, vêm questionando o caráter excludente das normas sanitárias. Elas mantêm na ilegalidade milhares de produtoras e ameaçam de desaparecimento práticas culturais de beneficiamento dos alimentos.

Algumas respostas vêm sendo dadas a essas demandas. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) começou a sair do papel em 2006, mas até 2014, só sete estados haviam aderido.

A Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 49/2013 da Anvisa adéqua os procedimentos exigidos para a realidade do microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, sem comprometer a saúde da população. A cozinha foi aceita como local de produção, simplificaram-se os procedimentos para o registro de produtos considerados de baixo risco, o acompanhamento técnico da produção pode ser feito por profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) ou voluntários.

Em junho de 2015 o lançamento do Plano Safra 2015/2016 buscou trazer para o Suasa a mudança de paradigma proposta pela Resolução 49: ações de inspeção de caráter orientador e a garantia da qualidade. Ainda assim persistem muitos desafios para que essas resoluções se efetivem na prática.

chegaram a acessar o PAA e o PNAE, em 2014, quando alguns grupos de mulheres venderam polpas de fruta e outros produtos para os dois programas. No ano seguinte, porém, isso deixou de ser possível, porque elas não se enquadravam nos padrões sanitários exigidos.

“De 2013 para 2014, as mulheres deram um salto de renda. Quando foi em dezembro de 2014, elas não conseguiram mais colocar na merenda escolar. A maioria das mulheres trabalha com o beneficiamento de polpa, outras mulheres aumentaram a produção dos quintais. Em 2014, algumas mulheres colocaram até mil ovos na merenda escolar. É muito gratificante quando é no final do mês e a gente vê a alegria daquelas mulheres recebendo aquele cheque. E, de repente, você vê aquelas mulheres que aumentaram sua produção, com 200 galinhas em seus quintais, não ter mais a quem vender”, lamenta Tatiana Siqueira, coordenadora da rede.

Para sair dessa situação, elas lutam para que seja criado um Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em cidades que fazem parte da Rede Xique-Xique, mas estão encontrando dificuldades nesse processo. A criação do SIM depende da câmara dos vereadores. Em alguns municípios, o projeto até foi aprovado, mas os prefeitos alegam que não têm condições de bancar os cinco funcionários exigidos para a implementação do serviço. "Dentro do território Açude-Mossoró, a gente já está com essa discussão de fazer um consórcio entre prefeituras. A gente já está em conversa com cinco municípios", conta Tatiana.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) também está travando uma dura batalha contra a rigidez das normas sanitárias, que criminalizam a agricultura camponesa e a produção artesanal. A Apaco tem uma marca coletiva, chamada "Sabor Colonial", com 160 agroindústrias, com foco no PAA e PNAE. Algumas mudanças no sistema estadual de inspeção, como a exigência de contratação de um veterinário, trouxeram grandes problemas para agricultoras e agricultores familiares. Muitas agroindústrias estão fechando suas portas, por conta dos altos custos que essas normas representam.

"Dentro do estado de Santa Catarina, a gente convocou as cidades, foram muitas audiências, muita pressão, pauta de luta das entidades da região, para tentar avançar. Essa legislação não é feita para a gente, ela é excludente. Eles falaram o seguinte: você acha que nós vamos colocar em risco a exportação para meia dúzia de agroindústrias?", conta Diva Deitos, produtora agroecológica certificada, atualmente à frente da coordenação da Apaco.

A partir disso, começaram a se organizar. Promoveram um seminário com duas mil agroindústrias para discutir essa questão. Conseguiram o apoio da Anvisa e, com isso, passou a ser bem mais fácil trabalhar os produtos de origem vegetal. Agora estão lutando por uma legislação específica para a agricultura familiar e a economia solidária em nível nacional. No momento, estão com muitas dificuldades nas negociações com o Mapa, que deixou de convidar a Apaco para as reuniões. No final de 2015, esses debates se encontravam paralisados e ameaçados de retrocessos.

Além disso, as mulheres criticam o fato de que essas políticas sejam construídas pensando na família, como se fosse uma unidade democrática, em que não houvesse a possibilidade de existirem projetos individuais. O PAA, por exemplo, tem o limite anual de 6 mil reais por cada Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), um limite considerado muito baixo. Assim, as mulheres que querem desenvolver um projeto próprio têm dificuldades, precisam pegar uma DAP emprestada, o que não é permitido, ou entrar com um processo para conseguir uma DAP jurídica.

DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO E POTENCIALIDADES

31



Ao longo do seminário foram identificados desafios e potencialidades relacionados à autonomia das mulheres, sua organização para a produção e a comercialização, os mercados institucionais e a atual conjuntura política brasileira.

TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Os desafios se apresentam em diferentes dimensões. Uma delas são as relações interpessoais, com a família, em especial com os companheiros, isto é, a organização da dinâmica dentro de casa. Articular o trabalho doméstico e de cuidados com a produção, a comercialização e a militância gera sobrecarga na vida das mulheres do campo. É preciso, portanto, enfrentar o debate da distribuição igualitária dessas tarefas entre homens e mulheres.

"Nesse sentido, é importante pensar em mecanismos não para conciliar essas diferentes esferas da vida cotidiana, mas para superar esse problema. Isso porque, em geral, a conciliação é baseada em maior sacrifício das mulheres. Precisamos criar formas tanto de fazer o trabalho doméstico e de cuidados coletivamente quanto de compartilhar essas atividades dentro de casa", defende Miriam Nobre, da SOF.

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

Ressaltou-se a necessidade de mobilização das mulheres, no sentido de fortalecer os movimentos e as próprias organizações para a produção e a comercialização, uma questão chave para a incidência em políticas públicas diante do contexto que está colocado.

Para Letícia Costa, do MST, as mulheres têm dois desafios nesse sentido: conseguir avançar de forma autônoma e não se isolar do todo da organização, o que implica ampliar internamente o poder das mulheres. No MST, elas buscam ter participação em todos os espaços, principalmente nos setores mais masculinizados, como a produção e a frente de massas.

"Às vezes, para as mulheres participarem desses espaços, é muito difícil se não estiverem organizadas em coletivos e se articulando para debates, propostas e estratégias. Essa organização é muito importante, para as mulheres participarem, terem o apoio umas das outras e fazerem os debates, e as propostas avançarem nos espaços em que atuam também os homens. A cobrança individual personaliza as ações e discussões; se tem um coletivo que faz isso, tende a virar uma forma de educar", afirma.

Os projetos mais consistentes de comercialização apresentados no seminário estavam muito ancorados em um processo de formação, organização dos grupos,



articulação política com outros setores, como sindicatos, movimentos e o resto da sociedade. “Ficou evidente que pensar a comercialização a partir de uma perspectiva individual é muito mais limitado do que conseguir articular esse processo como um todo. Até para sustentar a autonomia econômica para as mulheres, é necessário estar vinculado a um processo de autonomia geral”, analisa Nalu Faria, da SOF.

Quando as mulheres se unem para produzir e comercializar, isso também as fortalece para enfrentar as dificuldades em âmbito familiar. Se forem criadas condições para que trabalhem juntas, isso as retira de um processo de controle individual, que pode ser exercido pelo autoritarismo do marido ou pelas demandas infinitas de filhos e filhas. Quando elas produzem fora, conseguem intervir mais sobre essa dinâmica e até construir outras relações dentro da família.

Apontou-se ainda a necessidade de ampliar a formação e a qualificação das mulheres para o acesso às políticas públicas e para a gestão, e de ampliar os intercâmbios entre as organizações.

As participantes também propuseram que sejam pensadas maneiras de conectar as experiências locais com as disputas das políticas públicas mais globais, para que se fortaleçam mutuamente. Um exemplo nesse sentido é o da luta das companheiras indígenas presentes no seminário, relacionada à alimentação escolar. “Precisamos pensar como a luta pela alimentação tradicional nas escolas indígenas contribui para



Sheyla Saori

fortalecer a comunidade, mas também para enfrentar projetos que dificultam a demarcação de suas terras. Não tem como ficar discutindo alterações na alimentação escolar sem levar em conta que a PEC 215 está ameaçando a garantia do direito à terra”, afirma Sarah de Roure, da Christian Aid.

PRODUÇÃO

Defendeu-se ainda que as mulheres devem colocar como meta ter o controle do processo produtivo inteiro, decidindo desde o quê, como e onde plantar, até como deve ser feita a comercialização, o recebimento e o uso do dinheiro. Além disso, ressaltou-se a importância de fortalecer e dar visibilidade ao que as mulheres já produzem e, ao mesmo tempo, incentivá-las a se envolver em setores produtivos em que não estão presentes. Porém, é preciso pensar como fazer isso sem que isso represente uma sobrecarga imensa para as mulheres, levando em conta a dimensão do trabalho doméstico e de cuidados.

Outra questão a ser analisada é que as mulheres estão o tempo todo inventando novas dinâmicas econômicas, mas têm suas conquistas apropriadas pelos outros, sejam eles seus próprios maridos ou o mercado. É necessário que elas se defendam desses processos de apropriação enquanto reinventam a economia.

Isso acontece muitas vezes. Por exemplo, quando as mulheres do campo que produzem plantas medicinais lutam para incluir os fitoterápicos no SUS, mas, quando isso acontece, o governo os compra de grandes empresas. Ou quando se organizam para produzir palmito no Vale do Ribeira, para que a agricultura familiar gere mais renda, e os grandes produtores formam um cartel. Ou quando estão sendo bem-sucedidas na comercialização de suas hortaliças, e os homens resolvem assumir esse negócio.

COMERCIALIZAÇÃO

O sentimento geral é de que se vive um momento de retrocesso nas políticas públicas de acesso aos mercados institucionais. Já foram identificados vários sinais nesse sentido e é preciso se antecipar a isso para organizar uma contraofensiva. Apesar de todos os problemas relatados, o PAA e o PNAE são uma conquista dos movimentos e é preciso ocupá-los e resistir aos atuais processos, para manter esses programas e batalhar para ampliá-los.

"Vamos ter que começar a fazer mais luta do que estamos fazendo. Os direitos estão sendo todos jogados no ralo, as conquistas dos trabalhadores em todos os âmbitos, saúde, educação, etc. A gente precisa de fato ter essa unidade em todos os movimentos, todas as entidades possíveis, para que vá avançando no processo de luta, para pelo menos garantir aquilo que a gente conquistou. Precisamos colocar o pé no freio de algumas coisas que estão acontecendo. É um momento de organização de mulheres e de todos", avalia Neusa Paviato, do MST de São Paulo.

Por isso, é fundamental mostrar que essa conquista da agricultura familiar tem a ver com o tipo de comida que queremos: alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, disponíveis para todas as pessoas. "Esse é um debate que a gente tem que fazer com a sociedade, é uma contradição do agronegócio que a gente tem que pegar a fundo. Enquanto eles produzem em grande escala e com veneno, nós produzimos alimentos saudáveis para a população", argumenta Margarida da Silva, do MST.

A proposta, portanto, é convocar todos e todas a participar dessa luta e defender esses programas, e não apenas quem produz alimentos e quer vender para o PAA e o PNAE. "A gente tem que envolver mais pessoas. A partir do momento que o consumidor disser, eu não quero mais isso, eu quero comer aquilo, acho que a gente vai conseguir avançar em outros termos", acrescenta Diva Deitos, da Apaco.

Paralelamente a essa disputa pelos mercados institucionais, torna-se imprescindível buscar alternativas, como feiras, grupos de consumo consciente e redes de economia solidária. Nesse sentido, as redes de apoio do MST e do MAB, redes como

a Xique-Xique e de grupos de consumo nas cidades poderiam ser um espaço de comercialização interessante.

DESAFIOS À FRENTE

Apesar de muito diversas as experiências das mulheres compartilhadas no seminário, elas provocaram uma reflexão que revelou desafios em comum. Todas elas mostraram que, mesmo frente à invisibilidade do trabalho feminino na produção e do trabalho doméstico e de cuidados, as mulheres no campo e nas florestas constroem sua autonomia.

Desde a luta pelo direito a seus territórios, passando pelas práticas de auto-organização e comercialização, até a agroecologia e o feminismo. A diversidade ali expressa deu a dimensão de que a autonomia econômica das mulheres está profundamente relacionada à autonomia política e pessoal.

Os desafios para promover a autonomia econômica feminina foram sintetizados em um tripé: produção, comercialização e organização das mulheres. Frente a isso, é fundamental fortalecer estratégias de comercialização que articulem o autoconsumo, a doação, a troca, as feiras e os grupos de compra com a ampliação do acesso às políticas de mercado institucional, para que haja maior possibilidade de as mulheres terem controle sobre o próprio trabalho.

ORGANIZAÇÃO



PARCERIAS



Comissão Pró-Índio
de São Paulo



APOIO



ISBN 978-85-86548-27-7



9 788586 548277